

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 14, número 1 (2023)
ISSN: 2177-2886

Artigo

“Deus Pai” que Estás nos Céus, Questionamos a Sua Vontade e o Poder do “Homem Deus Filho” aqui na Terra: A Universidade a partir da Universalidade dos Discursos

“Dios Padre” que Estás en los Cielos, Cuestionamos su Voluntad y el Poder del “Hombre Dios Hijo” aquí en la Tierra: La Universidad desde la Universalidad de los Discursos

“God the Father” Who is in Heaven, we Question Your Will and the Power of the “Man God the Son” here on Earth: The University from the Universality of Discourses

Leticia Gonçalves Marques da Silva

Universidade Federal de Minas Gerais - Brasil
leticiagmarques@hotmail.com

Ivan Ignacio Pimentel

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Brasil
ivan.pimentel@uerj.br

Como citar este artigo:

MARQUES DA SILVA, Leticia Gonçalves; PIMENTEL, Ivan Ignacio. “Deus Pai” que Estás nos Céus, Questionamos a Sua Vontade e o Poder do “Homem Deus Filho” aqui na Terra: A Universidade a partir da Universalidade dos Discursos. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 14, n. 1, p. 117-137, 2023. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

“Deus Pai” que Estás nos Céus, Questionamos a Sua Vontade e o Poder do “Homem Deus Filho” aqui na Terra: A Universidade a partir da Universalidade dos Discursos

“Dios Padre” que Estás en los Cielos, Cuestionamos su Voluntad y el Poder del “Hombre Dios Hijo” aquí en la Tierra: La Universidad desde la Universalidad de los Discursos

“God the Father” Who is in Heaven, we Question Your Will and the Power of the “Man God the Son” here on Earth: The University from the Universality of Discourses

Resumo

O objetivo central tem por finalidade analisar as diversas formas de violência de gênero nos cursos de graduação hegemonicamente dominados por homens e, no caso específico desta pesquisa, destacamos os cursos de engenharia de uma universidade situada no estado de Minas Gerais. Para o desenvolvimento do artigo, optou-se pela metodologia de análise do discurso, pois, através dos diálogos com nossas interlocutoras, todas alunas dos cursos de engenharia, contemplou-se as marcas e ideologias que traduzem as heranças patriarcais vividas por muitas mulheres em diversas espacialidades. Embora tenhamos optado pela realização de um debate inicial envolvendo a criação da humanidade a partir da Bíblia e da vertente esotérica, ele serviu apenas para demonstrar que o paraíso criado e sustentado por “Deus Pai” naturalizou a dominação masculina desde o Jardim do Éden, até os dias atuais, em espacialidades dominadas pelo “homem deus filho”, inclusive no olimpo universitário. Dialogar com a comunidade através dos centros acadêmicos e elaborar tal produção intelectual representa um retorno à demanda das estudantes dos cursos de engenharia e, para além, significa a possibilidade de promoção de um debate que contemple as múltiplas faces da violência de gênero no espaço acadêmico e a construção de uma universidade plural, baseada na universalidade.

Palavras-Chave: Engenharia; Espaço; Gênero; Mulher; Poder.

Resumen

El objetivo principal es analizar las diversas formas de violencia de género en carreras de pregrado hegemónicamente dominadas por hombres y, en el caso específico de esta investigación, destacamos las carreras de ingeniería en una universidad ubicada en el estado de Minas Gerais. Para el desarrollo del artículo, optamos por la metodología del análisis del discurso, pues, a través de diálogos con nuestras interlocutoras, todas estudiantes de carreras de ingeniería, contemplamos las marcas e ideologías que traducen las herencias patriarcales vividas por muchas mujeres en diferentes espacialidades. Si bien optamos por un debate inicial que involucraba la creación de la humanidad desde la Biblia y el lado esotérico, solo sirvió para demostrar que el paraíso creado y sostenido por “Dios Padre” naturalizó la dominación masculina desde el Jardín del Edén hasta los días actuales en espacialidades dominadas por el “hombre Dios Hijo”, incluido el olimpo universitario. El diálogo con la comunidad a través de los centros académicos y la elaboración de dicha producción intelectual representa un retorno a la demanda de los estudiantes de carreras de ingeniería y, además, significa la posibilidad de promover un debate que contemple las múltiples caras de la violencia de género en el espacio académico y la construcción de una universidad plural basada en la universalidad.

Palabras-Clave: Ingeniería; Espacio; Género; Mujer; Fuerza.

Leticia Gonçalves Marques da Silva, Ivan Ignacio Pimentel



Abstract

This research main objective is to analyze the various forms of gender violence in hegemonically male-dominated undergraduate courses and, in this specific case, we highlight the engineering courses at a university located in the state of Minas Gerais. For the development of the article, we opted for the methodology of discourse analysis, because through the dialogues with our interlocutors, all the students of the engineering courses, we contemplated the marks and ideologies that translate the patriarchal inheritances lived by many women in diverse spatialities. Although we opted for an initial debate involving the creation of humanity from the Bible and the esoteric perspective, it only served to demonstrate that the paradise created and sustained by “God the Father” naturalized male domination from the Garden of Eden, until the current days in spatialities dominated by the “Man God the Son”, including the university hierarchy. Dialoguing with the community through academic centers and elaborating such intellectual production indicates a return to the demands of female students in engineering courses and, in addition, means the possibility of promoting a debate that contemplates the multiple faces of gender violence in the academic space and the construction of a plural university based on universality.

Keywords: Engineering; Space; Gender; Woman; Power.

Introdução

O intelectual Joel Birman (2019), ao abordar brilhantemente a arrogância na universidade, contempla o espaço em questão a partir de analogia com o olimpo, no qual os “deuses” determinam futuros e reproduzem as heranças de um espaço onde os processos de seleção, de reprovação e de aprovação são frequentemente manipulados por atos de arrogância, pelos componentes que determinam as regras e as territorialidades. Nesse sentido, marcadores corporais como gênero, raça e sexualidade, em diversos momentos, são considerados a partir dos pressupostos da modernidade e impossibilitam o acesso de corpos considerados abjetos às posições de privilégio, no olimpo universitário.

Não só no espaço universitário, mas em diversos segmentos da sociedade brasileira, mesmo no século XXI, ainda somos obrigados a nos deparar frequentemente com heranças de uma sociedade que preza por valores construídos a partir de uma perspectiva que busca compreender a construção identitária por meio de elementos que valorizam a “essência unificadora” dos indivíduos. Isso pode ser nitidamente observado através da fala de uma ministra de Estado que, na plenitude da sua “unção”, apregoa em um discurso oficial que homens usam azul e meninas usam rosa¹.

O discurso em tela, o qual denominamos “cores da violência”, tão condenado pela sociedade, traz no seu contexto importantes elementos que resgatam heranças identitárias essencialistas, perpetuando o binarismo que possibilita a alguns a perspectiva de sujeito e delega a outros a eterna condenação do não-sujeito em diversas espacialidades, inclusive no espaço universitário, conforme aponta Silva (2009).

Ao observarmos alguns discursos oficiais, cotidianos da sociedade, e o

1 Essa questão pode ser observada em: PIMENTEL e BARBOSA (2019, p. 252-270).



“Deus Pai” que Estás nos Céus, Questionamos a Sua Vontade e o Poder do “Homem Deus Filho” aqui na Terra: A Universidade a partir da Universalidade dos Discursos

espaço universitário, temos os seguintes apontamentos: por que a mesma narrativa judaico-cristã que permanece como instrumento utilizado para justificar uma única concepção de gênero a partir de “Deus Pai criador”, tem a sua continuidade a partir “homem deus filho”, que reproduz uma classificação a partir do gênero, em espaços privilegiados pela lógica racional como os cursos de engenharia de universidades públicas? Por que as estruturas políticas e educacionais do país ainda são norteadas pelos dispositivos de poder herdados do patriarcado de “Deus Pai”, os quais agridem e inferiorizam outras formas de existência, violentando todos os que não se encontram na linha de reprodução dos papéis naturais estabelecidos pelos mandamentos divinos?

Não queremos realizar uma análise teológica, uma vez que não teríamos arcabouço teórico para tal desafio, contudo a ideia de “deus filho” foi apresentada no título como uma metáfora na qual a construção da masculinidade simboliza a criação de dispositivos de poder que se manifestam em diferentes espacialidades “sagradas”, ou seja, no paraíso proposto por “Deus Pai” ou no olimpo universitário criado pelo “homem deus filho”, algumas ordens hegemônicas exercem o poder de excluir e limitar a presença de determinados corpos naturalizando e perpetuando sistemas de opressões.

Mas, para responder às perguntas, o presente trabalho tem por finalidade analisar as diversas formas de violência de gênero nos cursos de graduação hegemonicamente dominados por homens e, no caso específico dessa pesquisa, destacamos os cursos de engenharia de uma universidade situada no estado de Minas Gerais. Busca-se compreender a violência a partir de discursos e trajetórias femininas nesses locais predominantemente masculinos. Além da universidade, também serão observadas outras espacialidades que reverberam os dispositivos de controle e dominação masculina, como a casa e a escola. Parte-se do pressuposto que esses espaços violentam, oprimem diversas mulheres e constroem no imaginário feminino noções e papéis destinados aos corpos sexuados.

Para a elaboração do trabalho, realizou-se 23 entrevistas², sendo três com professores dos cursos de engenharia e 20 com estudantes do gênero feminino. Através da análise dos discursos, identificou-se o quanto o corpo feminino ainda é violentado nos cursos de engenharia e, muitas vezes, inferiorizado pelo “homem deus filho”, aqui encarnado em docentes do gênero masculino que reproduzem em suas falas a exclusão desses corpos nos espaços da universidade. Embora o trabalho contemple a construção da masculinidade como uma perpetuação do “Jardim do Éden” pelo homem em diversas espacialidades, ao longo das entrevistas não se buscou analisar o olhar religioso a partir das falas apresentadas. Partimos do pressuposto que a hegemonia masculina tem seus alicerces fortemente ligados ao imaginário religioso e se materializa em diversos espaços sociais.

O processo de exclusão pôde ser observado a partir das falas das nossas entrevistadas, pois, embora trabalhemos com a análise do discurso, não podemos deixar de lado que cerca de 55,6% delas consideram o curso um ambiente hostil para mulheres e 44% afirmam que já foram vítimas de diversos

² Visando a preservar a identidade das nossas interlocutoras, optamos por usar nomes fictícios.

tipos de violências, tanto de alunos como de professores. Se no Jardim do Éden, “Deus Pai” estabeleceu a masculinidade a partir da sua própria criação, na casa, na escola e na universidade, o “homem deus filho” continua usando a masculinidade hegemônica como um dispositivo de poder, violentando corpos, construindo hierarquias e determinando papéis sociais

Diante do tema abordado, o qual epistemologicamente se embasa por meio das geografias feministas, percebe-se que a metodologia de análise do discurso contempla os anseios do presente trabalho. Através do dito e não dito, o discurso da narrativa oral pode ser observado como um dispositivo de poder que nos permite novas reflexões e tensionamentos com perspectivas absolutas as quais reproduzem saberes generificados. Entender diferentes espacialidades, por meio dos olhares das sujeitas e de suas experiências, representa a produção de saberes a partir de corpos que, durante muito tempo, foram silenciados ou se adequaram ao discurso hegemônico, naturalizando as diversas formas de violência.

Os estudos de gênero pela perspectiva feminista vêm contribuindo e possibilitando transformações nos métodos tradicionais, uma vez que busca analisar o processo de construção espacial através de narrativas que, em diversas espacialidades, ainda são invisibilizadas. Em Rocha-Coutinho (2006), observa-se que não existem verdades absolutas a serem buscadas, mas um conhecimento pluralista e contextual mediante diferentes olhares e trajetórias. Dessa forma, a narrativa oral representa um importante instrumento nos esforços dos trabalhos sobre gênero para incorporar vidas, atividades e sentimentos às mulheres, a fim de correlacionarem o passado e o presente, cuja perspectiva não tem sido contemplada nos estudos tradicionais.

O questionário foi elaborado com 14 perguntas abertas, possibilitando que nossas interlocutoras narrassem as experiências ao longo de suas vidas, em múltiplas espacialidades, demonstrando o quanto o discurso generificado faz parte de suas trajetórias familiares, escolares e acadêmicas, afinal, esses espaços são dominados pelo “homem deus filho”, cabendo a este simplesmente seguir os desígnios do “Criador”.

Dessa forma, o presente artigo está estruturado em três partes. Na primeira, intitulada "Do paraíso oculto ao inferno generificado da Terra: os homens à imagem de Deus Pai, as instituições e a construção da identidade feminina", abordaremos o processo de construção da identidade feminina a partir da metáfora religiosa, apropriando-nos da ideia do paraíso criado por “Deus Pai”, buscando compreender o quanto a naturalização de discursos hegemônicos transformam a casa e a escola em espacialidades domesticadoras de corpos e construtoras de padrões socialmente aceitos.

Posteriormente, em "Questionando as heranças do paraíso de “Deus Pai” nos cursos de engenharia: que seja feita a nossa vontade e venha a nós o nosso reino em uma universidade plural", através das narrativas das nossas interlocutoras, busca-se contemplar os dispositivos de poder que possibilitam a continuidade da violência simbólica e psicológica de gênero nas espacialidades dos cursos de engenharia.

Nas considerações finais, destaca-se a importância de estudos de gênero para a realização de debates envolvendo os discentes, sendo este um importante passo para a construção de espaços mais plurais,

“desnaturalizando” os papéis de gênero, ainda hoje presentes nos diversos cursos de engenharia de múltiplas universidades espalhadas pelo Brasil.

Do paraíso oculto ao inferno generificado na terra: os homens à imagem de Deus pai, as instituições e a construção da identidade feminina

Entender as múltiplas faces dos sujeitos e sujeitas e correlacioná-las às inúmeras espacialidades presentes em seus cotidianos constitui um importante campo de pesquisa na geografia feminista. Dessa forma, no momento inicial do trabalho, buscaremos demonstrar o quanto a masculinidade não é um fenômeno natural, mas uma estrutura que foi construída em diferentes temporalidades, a partir da disputa de narrativas. Assim, buscaremos trazer à luz o quanto a criação da masculinidade por “Deus Pai” desconsiderou o papel da mulher no paleolítico e permanece influenciando diversas espacialidades como a casa e a escola. Conforme afirmamos no momento introdutório, não queremos fazer uma análise teológica sobre a criação da masculinidade, mas simplesmente demonstrar o quanto o domínio da narrativa judaico-cristã perpetua uma estrutura de poder.

A perspectiva identitária, durante muito tempo, fora ancorada em um viés essencialista, defendendo os indivíduos como sujeitos “unificados, dotados das capacidades de razão, consciência e ação” (Hall, 2000, p. 10), marcados por traços preexistentes e cristalizados em torno de uma unicidade identitária. O ser homem ou ser mulher, muito além de uma concepção biológica, pressupunha apenas um processo único de formação, pautado em uma visão de gênero.

Alinhada com os pressupostos da modernidade, através da linguística, constata-se que pensar a identidade simplesmente por meio de um nome dado a um corpo contribui para a construção de uma perspectiva identitária fechada, ou seja, a partir do nome “homem” ou “mulher”, uma imagem é construída em nossas mentes, corporificando o gênero, baseando-se em uma concepção uniforme. Isso significa que o nome sempre fica associado a uma imagem socialmente construída, a uma identidade fixada em uma estrutura que alimenta a ideia do “sujeito imutável”, reduzindo-o simplesmente a um mero reproduzidor das características construídas e impostas.

Conforme destaca Bourdieu (1996), a partir do poder delegado, alguns sujeitos possuem a capacidade de “dar nome às coisas”, instrumentalizando a linguagem como um dispositivo que expressa e institui as relações de poder no jogo de fixação das identidades. A construção de cada palavra, por aqueles que detêm em suas mãos a capacidade de interferência em múltiplas espacialidades, é um importante mecanismo para determinar o lícito e o ilícito, o normal e o anormal, o aceito e o não aceito no processo de elaboração identitária. Para Foucault (2002), a linguagem fora dada aos homens pelo próprio Deus, representando o signo das coisas absolutamente certas e transparentes, porque dele lhes assemelhava.

Ao efetivar o padrão identitário na vida social, consolidado pela alteração, principalmente, das dinâmicas econômicas e pelo modelo cisnormativo, a mulher, ao longo do tempo, foi excluída de vários espaços da vida cotidiana e

“Deus Pai” que Estás nos Céus, Questionamos a Sua Vontade e o Poder do “Homem Deus Filho” aqui na Terra: A Universidade a partir da Universalidade dos Discursos

reduzida apenas ao “trabalho de parir e cuidar dos filhos”. Durante todo o século XIX, a identidade feminina fora marcada pela submissão ao homem e se cristalizou nos moldes que a instituiu, enfatizando sua alteridade e as limitações de seu corpo. Assim, observa-se que, a partir da presença de um discurso uníssono, a dominação masculina se legitima como verdade incontestável e absoluta, a qual dialoga com a igreja, ciência e com o Estado.

De acordo com os pressupostos defendidos por Badinter (1986), durante todo o paleolítico, a estrutura de poder a partir da masculinidade não se fazia presente na sociedade, o poder feminino era atribuído às mulheres pela fertilidade, ou seja, o “dom” de criar a vida. Antes da criação de “Deus Pai”, o poder era partilhado entre o homem e a mulher, pois as divindades se apresentavam como casal e ambos possuíam suas próprias individualidades. No “paleolítico a idade do ferro, homens e mulheres partilharam tarefas sem jamais dar a impressão de uma hierarquia generificada” (Badinter, 1986, p. 87). Embora a mulher reinasse, ela não governava.

O ventre era uma representação do sagrado, simbolizava uma continuidade da natureza. Em outras palavras, pode-se dizer que assim como uma árvore cresce a partir da terra, a capacidade da mulher de procriar era observada através da mesma representação. Não havia separação entre mulher e meio, divino e humano, uma vez que o sagrado estava presente e era representado pela figura feminina viva entre nós.

A ascensão de um Deus-Pai hegemônico se deu mediante um processo de apagamento de qualquer outra divindade ou religião não monoteísta. À medida que as deusas são esquecidas, a perspectiva masculina passa a predominar, fazendo com o que homem reine e governe. Ou seja, com o apagamento das representações femininas, o masculino é legitimado, refletindo a imagem de “Deus Pai” no homem e o seu papel superior de representar o divino. Para toda a civilização judaica-cristã, conforme apresenta Badinter (1986), Adão foi criado por um Deus macho, sem intervenção do menor princípio feminino.

Visando ampliar a reflexão sobre a construção do feminino, o diálogo se dará, inicialmente, a partir de referências a narrativas pouco conhecidas e, até mesmo, apagadas da história religiosa, já que optamos por abordar o rompimento da relação mulher-natureza. Considera-se importante contemplar relatos secundarizados que envolvem “as obras das mãos de Deus Pai” e naturalização da subalternização da mulher. Buscando questionar os desígnios do “Todo-poderoso” sobre o homem e a mulher, observa-se que, na cultura esotérica, em uma de suas vertentes³, valoriza-se a lenda de Lilith, a primeira esposa de Adão. Segundo a narrativa, essa mulher teria sido criada por deus, ao lado do marido, sem relações hierárquicas. Embora tenha sido criada juntamente com o homem, a mulher optou por seguir outros caminhos, não se submetendo ao marido nem às vontades divinas. Por conta da insubmissão ao papel imposto pelo divino, ela foi expulsa do paraíso e condenada a viver vagando pelo mundo.

3 Na cultura cabalística, Lilith, como a primeira mulher de Adão, representa uma entidade feminina que subverte as ordens divinas. Segundo Roberto Sicuteri (1998), em *Lilith: A lua Negra, a mulher, por não aceitar imposições, rebela-se contra Adão, rompendo o equilíbrio imposto pelo divino*.

Após a condenação de Lilith, “da costela que o Senhor tomou do homem criou uma mulher, e trouxe-a a Adão”⁴. Quando Eva foi subvertida a Adão, criada a partir de sua costela, a qual, anatomicamente, fica localizada abaixo dos braços, a existência da mulher simbolizou a fragilidade e necessidade de cuidado e proteção, associadas ao feminino. Além disso, diferentemente da primeira esposa de Adão, ao vir do homem, a existência de Eva passa a estar atrelada a ele em sua incompletude, sendo considerada inferior, criada apenas para servir.

A lenda de Lilith, contemplada anteriormente, conduz-nos a enxergar a concepção dominante sobre o que é ser mulher, pois bastou que ela questionasse os desígnios de “Deus Pai” e a dominação masculina “por ele criada” para que fosse silenciada e apagada da narrativa, a qual foi inspirada pelo “Todo-poderoso” e proferida pelos profetas escolhidos. Ao submeter o surgimento da mulher a “partir de um homem”, um papel inferior nos foi destinado, subalternizando a nossa existência, fazendo de nós “o Outro”.

A partir de Tadeu Silva (2013), observamos que essa demarcação de fronteiras torna nítida a existência de relações de poder generificadas. Para Beauvoir (1980), ao ser condenada ao papel do “Outro”, a mulher também estava destinada a possuir apenas uma força precária, presa na inferioridade imposta, ou seja, nunca foi ela quem escolheu seu destino.

Embora Lilith não seja tão conhecida quanto Eva, através do esoterismo, observa-se que a sociedade criada por “Deus Pai” relegou à mulher severas punições advindas diretamente do trono do rei, uma vez que seus desígnios e “perfeitas vontades” foram questionadas. É interessante ressaltar que, ainda hoje, no reino do “homem deus filho” (residências familiares), a obediência e a submissão permanecem importantes aos olhos terrenos do “deus homem”.

O destino da “Costela de Adão” não é muito diferente, sobretudo por cometer o “pecado original”. Ao se tornar a culpada por induzir o primeiro filho de Deus, feito a sua imagem e semelhança, ao erro de comer o fruto proibido, ela teve sua identidade reduzida e associada à imagem da serpente traçoira, “o símbolo da queda do homem”, colocando-o no papel de vítima do mal.

Em ambas as narrativas, a expulsão do paraíso possui relação direta com a existência da mulher que, a todo instante, simboliza a imagem do erro, seja por se considerar igual ao homem, seja por seduzir a Adão a cometer o “pecado original”. As mulheres que tentaram de alguma forma fugir dos desígnios do “Todo-poderoso” foram condenadas à morte. Através do contexto judaico-cristão, o dito e o não dito deixam visível que o corpo feminino é concebido a partir de uma perspectiva hegemônica masculina, a qual detém o poder de dividir e classificar, determinando onde as mulheres podem ou não transitar, criando uma hierarquização mediante a concepção de gênero.

Compreender as narrativas sobre o Jardim do Éden significa observamos o quanto o domínio da narrativa serve para naturalizar papéis e, ao mesmo tempo, influenciar a dinâmica de outras espacialidades. As heranças por “Deus Pai”, criam uma espécie de “marco zero”, ou seja, estabelecem uma concepção de mundo que não dialoga com a realidade anterior a essa narrativa. Dessa

4 Gênesis 2:22.

forma, constrói-se a concepção de que a mulher fora criada a partir do homem, dando a este o status de “criação genuína de Deus”, ao mesmo tempo que delega à mulher o papel de “auxiliadora”.

Apenas na segunda metade do século XX, apesar da constante repressão, as mulheres foram, aos poucos, ocupando espaços historicamente negados. Ainda assim, a rigidez dos papéis de gênero, naturalizada por “Deus Pai” no Jardim do Éden, continuou a manter viva na sociedade a concepção de que as mulheres não poderiam protagonizar papéis de destaque em diversas espacialidades; e isso proporcionou séculos de opressão, invisibilizando suas capacidades físicas e mentais.

Butler (2003) define gênero não como uma verdade ontológica, mas como uma ficção social, uma “criação performática”, podendo os sujeitos se constituírem a partir de uma multiplicidade de identidades. Nessa mesma perspectiva, Preciado (2020, p. 316) diz que “nossa maior urgência não é defender que somos (homens ou mulheres), mas rejeitá-lo, é desidentificar-nos da coação política que nos força a desejar a norma e repeti-la”. A partir desses autores, observa-se que a perspectiva de gênero é fruto de um processo de construção social que se cristalizou, principalmente, ao longo do tempo e continua sendo reproduzido e vivido por muitas mulheres.

Entender as subjetividades dos sujeitos a partir da oralidade nos permite enxergar os efeitos do processo de dominação e normatização que cria uma ideia essencialista, a qual se repete nos discursos. Segundo Rocha-Coutinho (2006), através das narrativas, podemos obter um quadro mais amplo de como os entrevistados se percebem no mundo, de como e ao que atribuem valor, e do significado particular conferido as suas ações e a seu lugar no mundo. Além disso, a autora explica que, no caso das mulheres, ao dar voz a elas, torna-se possível que se dê conta da natureza dialética de sua consciência.

Considerando que o presente trabalho é fruto de uma reivindicação das alunas que cursam engenharia, no início do diálogo, procuramos compreender a concepção das nossas interlocutoras sobre o significado da palavra feminino, sem considerar a perspectiva religiosa das estudantes, uma vez que a narrativa envolvendo o Jardim do Éden fora utilizada como suporte para demonstrar que o papel da mulher sofreu mudanças ao longo do tempo. As falas das interlocutoras, embora não tragam o viés religioso, reproduzem a cristalização de papéis generificados em diversas espacialidades.

Assim, para Diana, 20 anos, aluna do curso de engenharia Elétrica, a feminilidade “remete à questão da mãe que cuida, que zela, um olhar diferente sobre as coisas, um olhar mais profundo e sensível”. É muito interessante a visão dessa entrevistada, porque ela atribui uma função específica à perspectiva do feminino de forma muito naturalizada, representando não só o que fora externalizado a partir da fala, mas visões internalizadas ao longo da sua trajetória. Por mais que a fala faça alusão ao modelo de mulher do século XIX, o discurso de Diana representa 30% das entrevistadas e estabelece atribuições socialmente construídas, uma marca associada ao feminino, um significado sempre relacionado ao cuidado e à vulnerabilidade.

O discurso que envolveu a identidade da mulher vulnerável foi de extrema importância para a manutenção de estruturas de poder presentes na sociedade. Ao colocar as mulheres no confinamento da casa, a partir da justificativa

inicial de que precisavam de proteção, o trabalho reprodutivo, naturalmente feminino, foi facilmente implantado, dando como possibilidades às mulheres apenas as funções do lar, do cuidado e da maternidade. É bom ressaltarmos que as atividades do lar são, ainda hoje, em diversos momentos, desconsideradas como trabalho, sendo tratadas como atribuições naturais vinculadas ao gênero feminino.

Uma marca é, então, firmada desde o nascimento em que, inconscientemente, o feminino é designado e o papel social definido e legitimado. A entrevistada Isis, que possui 21 anos e é aluna do curso de engenharia elétrica, exemplifica bem como essa legitimação ocorreu: “nós somos frágeis biologicamente, nossos hormônios fazem com que fiquemos mais lentas, sejamos mais fracas (em relação à média dos homens), feminilidade me remete à mulher precisar do homem”. A biologia, como uma das suas principais forças determinantes, durante muito tempo, teve seu discurso usado para justificar as limitações impostas às mulheres, fixando papéis de submissão atribuídos à inferioridade natural.

Ainda hoje, desde o nascimento, os corpos possuem significados predefinidos, carregam símbolos enraizados que definem, a partir das construções sociais, o que é ser mulher. Para Beauvoir (1980, p. 63):

O simbolismo não caiu do céu nem jorrou das profundezas subterrâneas, foi elaborado, assim como a linguagem, pela realidade humana, realidade essa que, criada por homens, oprime as mulheres em suas manifestações, fazendo com que suas identidades nunca fossem suas, e sim uma constante alteridade ao homem, como “o outro”, a identidade feminina se estabelece de forma secundarizada (Beauvoir, 1980).

Em Foucault (1988), observa-se que para a efetivação de dispositivos de dominação foi necessário que os mecanismos de poder associassem os símbolos à linguagem, fixando a eles um significado. Para que a identidade feminina fosse legitimada, a ideia do ser imutável foi implantada em diversas estruturas sociais e a linguagem serviu efetivamente para isso. A concepção de que o papel atribuído à mulher era uma dádiva imposta pelo divino fez com que, durante séculos, o espaço de ocupação da mulher fosse restringido à casa e a sua voz ficasse silenciada.

A fala da entrevistada Flora, 21 anos, aluna do curso de engenharia elétrica, mostra-nos como esse antagonismo é reproduzido de forma que, para ela, a feminilidade representa “várias características que diferenciam as mulheres dos homens”. Assim, para se firmar como mulher, qualquer atributo que remete ao masculino como força, virilidade e poder deve ser excluído da identidade feminina, que sempre deve reproduzir a submissão, fraqueza e vulnerabilidade. Louro (2012) compreende a linguagem não só como uma ferramenta que expressa relações, poderes, lugares. Ela os institui, não apenas veicula, mas produz e pretende fixar diferenças.

A normatização, segundo Silva (2013), busca eleger uma identidade como parâmetro, atribuindo todas as características positivas possíveis de forma que as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa, evidenciando uma ideia hierárquica de que o Eu absoluto e universal está em contraposição

“Deus Pai” que Estás nos Céus, Questionamos a Sua Vontade e o Poder do “Homem Deus Filho” aqui na Terra: A Universidade a partir da Universalidade dos Discursos

ao “Outro” inferior. Com isso, observamos a imposição de limitações no processo de formação das sujeitas, delimitando papéis socialmente construídos.

Os elementos expostos a partir da fala da entrevistada Thalia, 20 anos, aluna do curso de engenharia mecânica, em que feminilidade se refere a “atributos pertencentes à mulher”, demonstra a presença de características cruciais no “ser mulher”, de forma que a sujeita só existe se suas simbologias forem reproduzidas segundo a lógica da identidade feminina. Esses atributos definidos ao longo do tempo cristalizaram uma estrutura de poder legitimadora dos papéis associados à perspectiva de gênero, segundo a lógica criada por “Deus Pai” e mantida pelo “homem deus filho”.

A partir da concepção identitária, pode-se observar que o espaço se concretiza por meio da lógica que os sujeitos se constroem e, ao mesmo tempo, são construídos. Assim, os detentores do poder desenvolvem as espacialidades, determinam as normas, definem os corpos como aceitos ou abjetos e delimita a dinâmica de funcionamento através da elaboração do sistema de objetos e, conseqüentemente, a partir deste, de um código de comportamentos e, até mesmo, de padrões corporais segundo os modelos hegemônicos. O espaço, então se impõe como local ou não local, na medida que as estruturas dominantes fixam os sujeitos e os não-sujeitos.

Compreender a importância de diversas espacialidades durante o processo de construção dos corpos, “adestrando-os” e tornando-os dóceis, constitui uma das heranças do Jardim do Éden, de acordo com os mitos judaicos-cristãos-ocidentais, espacialidade primeira em que os papéis de gênero foram efetivados. Ao considerar “Deus Pai” como um ser onipresente, defende-se que diferentes espacialidades permanecem perpetuando os papéis de gênero, exatamente como fora realizado por “Deus Pai”, desde a construção do paraíso.

A partir da correlação entre espaço e gênero, observada na fala das nossas interlocutoras, considera-se importante abordar o espaço da casa como local para a manutenção da instituição familiar. Dessa forma, em DaMatta (1997, p. 8), a casa é definida como um espaço moral, posto que não pode ser delineada por meio de uma fíla métrica, mas – isso sim – por intermédio de contrastes, complementaridades, oposições. Ao enxergar a casa como um “espaço moral”, observa-se que a mulher encontra um grande empecilho para se desvincular do modelo moral construído a partir de bases patriarcais, delegando-se um papel de subalternidade às mulheres.

Ao se pensar o espaço da casa através de uma perspectiva generificada, ainda hoje se observa que o modelo hegemônico continua muito presente no cotidiano de diversas mulheres. Ao se questionar a concepção do papel da mulher, constatou-se que em diversas famílias são reproduzidos aspectos que remetem às tradicionais heranças dos papéis de gênero. A fala de Sofia, que tem 18 anos e é aluna do curso de engenharia elétrica, apresenta em sua criação uma família que tem como visão que as “mulheres são feitas pra casar e formar famílias”. Da mesma forma acontece com Flora, de 21 anos, aluna de engenharia elétrica, que vem de um lar onde “acreditam que esposa serve pra cozinhar, limpar e cuidar dos filhos”.

A partir dos discursos, verifica-se que, além de definir e fixar às mulheres

papéis predeterminados, o espaço da casa está consolidado como a espacialidade da instituição normativa da identidade feminina, consolidando a família como uma importante instituição da modernidade. Assim, seu poder repressivo e dominador transita além dos muros da individualidade familiar e acessa as instituições normatizadoras responsáveis pela formação do indivíduo, tendo na escola um complemento que auxilia a fixação dos papéis e das identidades femininas e masculinas como únicas e complementares.

A escola dialoga com a casa no que diz respeito à formação de homens e mulheres, pois lá os sujeitos são formados segundo uma imposição baseada nas características identitárias tradicionalmente impostas, reproduzindo as diferenças entre os indivíduos, por meio das marcas de gênero corporificadas. A partir das análises realizadas por Louro (2012), pode-se enxergar como os dispositivos de poder atuam sobre o ambiente escolar, delimitando e determinando as relações entre corpos e espaços através de uma perspectiva identitária.

Por isso, não se tem receio em afirmar que as marcas de gênero são estabelecidas em espaços institucionalizados para as crianças, seja em casa ou na escola. Desde a educação básica, na qual as meninas são persuadidas a brincarem de boneca e casinha, reproduzindo papéis de mãe/esposa, uma função domesticada e relacionada ao cuidado, enquanto os meninos brincam de carrinho, montam brinquedos e praticam esportes, sendo influenciados a desenvolverem diversas habilidades. É na escola que gestos, movimentos, sentidos são produzidos e incorporados por meninos e meninas.

Durante a adolescência, no contexto da educação básica, nota-se de forma mais nítida as diferenças no tratamento dispensado pelos professores e professoras aos meninos e às meninas. Segundo Diana, de 20 anos, aluna da engenharia elétrica, esse diferencial no tratamento foi muito marcante “na questão de como se comportar, de sentar igual mocinha e coisas do tipo”. Diante das primeiras transformações do corpo, observa-se de forma mais efetiva a presença das ferramentas de dominação. A exigência do sutiã, que esconde e prende os seios, marca o início também da sexualização da menina, juntamente com o uso da maquiagem que, associada à pressão externa, exprime nossos corpos às formas mais genuínas da reprodução da feminilidade.

Através da entrevista de Thalia, percebe-se que as diferenciações entre meninos e meninas, normalmente, só se tornam visíveis após o sujeito adquirir uma noção mínima das opressões sofridas, pois ela declara que “quando criança não tinha maturidade necessária para entender o que acontecia”. No entanto, a entrevistada relata: “já na adolescência, apanhei de um namorado e a professora disse que dei motivo, foi aí que percebi o quanto o tratamento era diferente”. Nesse momento, as diversas formas de violência se materializam e geram nas mulheres modos de autopunição aos seus próprios corpos. A culpa pelos atos de violência sofridos cria mecanismos de autoproteção e se torna uma parte marcante da identidade da mulher durante toda a vida. Louro (2012) afirma que, sob novas formas, a escola continua imprimindo sua “marca distintiva”, oprimindo e silenciando constantemente as meninas e isso percorre da correlação entre performance feminina e questões de habilidades e capacidades de exercer certas funções.

“Deus Pai” que Estás nos Céus, Questionamos a Sua Vontade e o Poder do “Homem Deus Filho” aqui na Terra: A Universidade a partir da Universalidade dos Discursos

A organização do espaço, conforme explica Massey (2008), é compreendida como sexista e funciona como elemento de ordenamento das relações de gênero. Os espaços são definidos de acordo com a função que visa reproduzir, ou seja, têm por objetivo definir cada sujeito a um determinado local. Assim, a casa segue sendo o local de construção da estrutura feminina original e a escola sua ferramenta de manutenção, de forma que a rua se consolida como um universo de possibilidades, em que a masculinidade se constrói nos corpos dos homens.

Os espaços refletem como essas práticas reguladoras impostas pelos mecanismos de poder, sendo o patriarcado a maior delas, fazem com que os diferentes sujeitos sintam seus corpos “estranhos” ao ocupar certos lugares. Silva (2009) afirma que cada organização espacial é produto e condição das relações de gênero instituídas socialmente. Essas relações, porém, seguem um padrão que busca hierarquizar os homens em relação às mulheres.

Assim, os espaços generificados, em que ocorrem limitações ao transitar, perpetuam uma organização em que só são permitidos que um ou outro tenha uma livre circulação. Louro (2012) mostra que através das instituições e práticas reproduzidas espacialmente, essas concepções generificadas foram e são aprendidas e interiorizadas, fazendo com que essas atividades, nos diversos espaços, tornem-se quase “naturais”, ainda que sejam fatos culturais.

A perpetuação do espaço vinculado ao gênero persegue as mulheres durante suas múltiplas trajetórias, pois, em diversas espacialidades, sempre foi possível se deparar com lugares que tendem a oprimi-las e limitá-las. Ao adentrar em tais espaços, percebe-se a estranheza dos corpos femininos, como um vírus que é combatido e, a todo momento, sofre tentativas de expulsão. Logo, é de extrema importância entender os efeitos da dominação masculina a partir de heranças tradicionais, como a religião, e de sua influência na disciplina familiar e escolar.

Questionando as heranças do paraíso de “Deus Pai” nos cursos de engenharia: que seja feita a nossa vontade e venha a nós o nosso reino em uma universidade plural

As diversas espacialidades se constroem num processo de troca, onde os sujeitos que transitam deixam suas marcas e abrem ou não premissas para que haja uma constante renovação. Alguns lugares se estruturaram seguindo uma norma rígida, em que as leis impostas criam limitações, as quais impedem que tais espaços se renovem, prendendo-os ao passado. A importância de se mostrar que a ordem estabelecida é nociva aos sujeitos que ocupam essas espacialidades é de caráter emergencial para que as diversas formas de violência que agredem os sujeitos sejam repensadas e uma mudança efetiva ocorra.

As geografias feministas buscam consolidar uma metodologia de análise feita por mulheres, colocando em perspectiva suas vivências e seus pensamentos. Silva (2009) apresenta que o enfoque feminista envolvendo a concepção de gênero, enquanto construção social de papéis a serem desempenhados por homens e mulheres permitiu às análises geográficas

evidenciar que as características das relações de gênero variem de acordo com os diferentes espaços e escalas.

Assim, ao introduzir um novo viés epistemológico, a geografia feminista vem possibilitando a construção de um pensar geográfico que considera a espacialização de diferentes fenômenos a partir da perspectiva de gênero, demonstrando como os espaços criados e dominados por homens são nocivos e opressores às mulheres. Assim, as geografias feitas por mulheres, através de uma perspectiva feminista, representam a chance de findar o silenciamento epistemológico imposto às mulheres, possibilitando também a criação de novos espaços de discussão e compreensão das múltiplas realidades e subjetividades invisibilizadas.

A universidade, substantivo feminino, é definida no dicionário⁵ como “a qualidade do que é universal”. Pensar em um espaço que se apresenta como universal, na teoria, seria supor que nesses lugares haveria uma livre circulação de diferentes sujeitos, sujeitas e sujeitos. Entretanto, as ciências se concretizaram por meio de uma visão de mundo masculina na qual os sujeitos femininos foram impedidos de expressar suas vivências e de construir uma epistemologia diversa. A realidade, no entanto, é outra, pois a universidade, desde seu surgimento, é um local em que cada tijolo edificado representa a dominação masculina.

Ao refletirmos sobre a realidade de muitos cursos universitários, principalmente nas engenharias, cursos que historicamente reproduzem as heranças patriarcais, pois, ao ser considerado um espaço seletivo, ou até mesmo um olimpo, muitos docentes reproduzem as heranças da masculinidade divina e se consideram verdadeiros “homens deus filho”, capazes de determinar quem é digno ou “impuro”, a partir de perspectivas que consideram marcadores corporais, no caso específico do trabalho, os marcadores de gênero. Nesse sentido, Birman (2019) afirma que mesmo em espaços onde a “razão” deveria predominar, como o campo intelectual ou universitário, ocorre a conjunção entre arrogância e corrupção.

Em algumas espacialidades desse universo, as desconstruções se efetivam e são percebidas nas características e multiplicidades de indivíduos que por lá circulam livremente e pelo acolhimento que esses espaços oferecem a todos. Por outro lado, ainda existem lugares que se encontram presos às velhas normas, de modo que os espaços continuam reproduzindo as leis antiquadas e retrógradas vigentes do sistema tradicional.

No campo científico, conforme Gomes (1996), os conflitos entre o velho e o novo fazem parte das disputas paradigmáticas que buscam explicar através da ciência determinados fenômenos. O espaço, por excelência objeto de estudo da ciência geográfica, configura-se como um local de disputas, em que o indivíduo o transforma na mesma intensidade em que por ele é transformado, uma vez que os sujeitos estão em constante transformação. Espaços que ainda reproduzem as normas tradicionais, com perspectivas patriarcais, buscando mantê-las em suas estruturas impenetráveis, impedindo a todo custo que as mudanças os alcancem e as fortalezas generificadas possam ruir.

5 Fonte: Dicionário Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/universidade/>>. Acesso em: 23 de junho de 2023.

“Deus Pai” que Estás nos Céus, Questionamos a Sua Vontade e o Poder do “Homem Deus Filho” aqui na Terra: A Universidade a partir da Universalidade dos Discursos

O espaço se concretiza subjetivamente e nele se originam as formas que os sujeitos se dão e suas relações com o mundo em que vivem. Massey (2008) define espaço como uma dimensão implícita que molda nossas cosmologias estruturantes. Segundo a autora, ele modula nosso entendimento do mundo, nossas atitudes frente aos outros e até nossa política. Por possuir tal poder, os espaços se consolidam como grande formador de sujeitos.

Algumas espacialidades resultam da acumulação desigual de espaço e tempo estruturados, seguindo uma tradicionalidade, fazendo com que os corpos entendidos como “diferentes” sejam excluídos. Ocorrem, então, as diversas formas de violência que buscam massacrar ou até expulsar os “corpos estranhos” do paraíso normatizado ao longo do tempo pelos guardiões da tradição e da moral, “oh homens deuses filhos”. Nessas espacialidades, as mulheres têm seus discursos constantemente apagados, sua presença é ocultada, invisibilizando ou mesmo apagando seus corpos.

Para muitas mulheres, é um desafio constante estar em determinados espaços, pois a estrutura patriarcal sempre se apresenta como um fantasma diante delas. E isso não acontece somente de forma rude, mas também de maneira sofisticada sob a pele da intelectualidade, a todo momento violentando e buscando mecanismos para questionar e deslegitimar, de acordo com a dinâmica de gênero.

Entender como a hostilidade e a violência se encontram tão intensamente divergentes na visão das estudantes nos faz observar o quão estruturado e naturalizado se encontram os diferentes tipos de agressões presentes no cotidiano. Os diversificados dispositivos de poder fazem com que as violências se tornem elementos tão naturais que, muitas vezes, caracterizam-se como legítimas no imaginário de muitas mulheres, afinal: “que seja feita a vontade de Deus Pai”.

O dicionário online de português⁶ define hostil como agressivo e ameaçador. O machismo, oriundo das heranças patriarcais, é uma das principais ferramentas para a opressão das mulheres nas espacialidades em que a hegemonia masculina ainda predomina. Quando 70% das alunas entrevistadas consideram os alunos machistas, coloca-se em evidência o poder da misoginia e, então, passa-se a questionar os efeitos dessas constantes ameaças na vida e sobre a permanência das mulheres nesses espaços.

Ao questionar as entrevistadas a respeito de já terem sido vítimas de violências (física/moral/sexual) no curso, é possível perceber diversas agressões e formas que são legitimadas pela hegemonia masculina. Flora, de 21 anos, aluna de engenharia elétrica, relata: “um professor pediu ajuda em um projeto, para alguém que fosse de tal setor, quando a menina se apresentou ele riu e perguntou quem realmente era a pessoa, quando percebeu que era realidade a menina, ele não teve reação”. Quando a capacidade de alguém é questionada pelo fato de ser mulher, fazendo até mesmo com que se torne uma piada, a permanência se torna difícil.

6 Disponível em:

A capacidade das mulheres ao executar atividades denominadas pelo poder masculino como “superiores” às capacidades e habilidades das estudantes, constitui uma forma de agressão que exclui e silencia, criando algumas barreiras durante o processo de formação. Flora continua: “Já escutei: mulher na engenharia ou é lésbica ou é feia ou desiste do curso. Sempre que me perguntam que curso faço, a resposta é seguida de surpresa e frases como você tem cara de quem faria moda, trabalharia com maquiagem”. A construção em torno de uma nova forma de opressão acerca do “mito da beleza” faz com que a mulher tenha que se encaixar em padrões. Assim, a aparência das mulheres está sendo analisada a todo momento e é usada como métrica para hierarquizar e dividir os corpos femininos que ocupam alguns espaços, os quais eram, historicamente, masculinos.

O estigma a partir da beleza surge como uma ferramenta capaz de criar papéis de gênero, pois a mulher considerada “bonita”, segundo os padrões estéticos socialmente construídos, deve exercer funções em que sua beleza é explorada e sempre posta em primeiro plano. Para questionar a proposição, dialogamos com Wolf (1992), pois, para ela, o mito da beleza é uma violenta reação contra o feminismo que emprega imagens da beleza feminina como uma arma política contra a evolução da mulher.

Apesar de todas as conquistas que as mulheres tiveram nos últimos anos, o peso dos estigmas ainda é usado para questionar suas habilidades e inferiorizá-las. A aluna da engenharia elétrica, Diana, com 21 anos, relata sobre “professores humilhando garotas, alunos inferiorizando/excluindo mulheres por não serem tão capazes simplesmente por serem mulheres”. A reprodução da masculinidade que naturaliza diversos atos como “coisa de homem” faz com que a violência moral se legitime e se torne comum nesses espaços, permitindo que os corpos masculinos, os quais transitam nessas espacialidades, agridam o “Outro” sem punição.

A presença do corpo feminino em espaços masculinizados faz com que muitos homens, professores e alunos, sintam-se à vontade para expressar o que há de mais ofensivo para as mulheres. Thalia, 20 anos, que cursa engenharia mecânica, diz: “já recebi comentários machistas, violência física cometida por um estudante da engenharia. E presenciei momentos como: ‘vamos aprovar ela porque ela é gostosa, é bonita’”. Ser mulher nos cursos de engenharia envolve criar um escudo contra as diversas formas de assédio.

O espaço da universidade, em alguns momentos, em nada se diferencia da rua, em que a todo momento as mulheres são bombardeadas com olhares, “psiu”, ou são chamadas de diversos nomes por homens que foram criados em um ambiente social que os faz achar que têm algum direito sobre os corpos femininos. Isso é colocado como algo normal, pois “homem é assim mesmo, apenas ignore”⁷. A normalização do machismo faz fixar no masculino uma identidade associada ao poder, em que seus atos de violência e assédios são legitimados e tais atitudes são consideradas naturais do homem.

As diversas formas de violência sofridas causam uma série de traumas e medos, o que faz com que repensemos e questionemos a presença feminina nas

7 Tais falas foram observadas pelos autores no discurso de nossas interlocutoras em diversos momentos.

mais variadas espacialidades. Gaia, aluna de engenharia elétrica, relata que os cursos de engenharia “por ser dominados por homens é um ambiente que muitas vezes nós não temos voz”. Tais cursos dificultam que mulheres os frequentem, bem como as impede de falar, dificultando a sua permanência. Pensar nas diversas espacialidades dominadas por homens é, ao adentrá-las, aceitar tacitamente os riscos que elas oferecem às mulheres.

Ao perguntarmos sobre a visão das alunas acerca da violência nos cursos de engenharia, Freya, de 18 anos, aluna do curso de engenharia elétrica relata: “Algo que é normalizado. Não é levado com a seriedade que deveria”. A banalização das diversas formas de violência contra a mulher que ocorre nos espaços hegemonicamente masculinos faz com que, ao adentrar tais lugares, a hostilidade reproduzida pelos homens se torne parte da estrutura.

Consolidados a partir de uma perspectiva estruturalista e legitimados pelo patriarcado, os atos de violência atingem todo “corpo estranho” que ouse participar das estruturas cristalizadas em espaços predominantemente masculinos. Simone, aluna da engenharia elétrica, relata que “o preconceito e machismo ainda é muito grande. Na minha sala, por exemplo, éramos somente 3 mulheres de 60 alunos”. Bourdieu (2019) decorre sobre como as relações de dominação de um sobre o outro não são vistas como um problema pelos homens. Para ele:

[...] a ordem estabelecida, com suas relações de dominação, seus direitos e suas imunidades, seus privilégios e suas injustiças, salvo uns poucos acidentes históricos, perpetua-se depois de tudo tão facilmente, e que condições de existência das mais intoleráveis possam permanentemente ser vistas como aceitáveis ou até mesmo naturais (Bourdieu, 2019, p.12).

A construção espacial da universidade, como um universo, depende de todas as diferenças para que a sua composição seja harmônica e habitável. Inicialmente, um privilégio masculino, as escolas especializadas da Antiguidade que deram origem às universidades da atualidade foram construídas imponentes e carregadas de símbolos que mostravam seu poder. Louro (2012) diz que o prédio escolar informa a todos/as a sua razão de existir. Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos “fazem sentido”, instituem múltiplas percepções, constituem destinos e sujeitos.

Quando foi permitido aos corpos femininos se apropriarem também dessa espacialidade, ocorreram diversas restrições. Observamos que os “dons naturais” foram valorizados, legitimando a hegemonia masculina em diversos lugares. As falas das alunas expõem a realidade dos espaços da engenharia e suas ferramentas de violência. Aura, 21 anos, estudante de engenharia elétrica, nos conta que “o curso é ainda muito machista, pouquíssimas mulheres no ramo e muitos professores também agem com desdém e nos desvalorizam”.

Os relatos se complementam e evidenciam as vivências comuns de mulheres presentes em ambientes masculinizados. Freya, estudante de engenharia elétrica, explica que “é um ramo extremamente masculinizado e que abre pouco espaço pra mulheres se inserirem, não respeita a mulher e não enxerga como alguém que é perfeitamente capaz de realizar qualquer tipo de

atividade (assim como os homens). Nos limitam”. Verifica-se que era permitida a presença das mulheres em alguns espaços, como os cursos que exploravam suas vocações voltadas para o cuidado ou em profissões de menor prestígio. Dessa forma, mesmo que a ocupação feminina se materializasse em diversas especialidades, suas mentes ainda seguiriam o padrão de uma estrutura que busca limitá-las, a todo momento.

Assim, apenas a ocupação dos espaços não alterava as dinâmicas espaciais que ainda reproduziam padrões baseados em uma estrutura a qual buscava determinar papéis a partir de dispositivos de poder. A distinção imposta às mulheres, fazendo-as ocupar espaços ainda confinados pelas estruturas dos papéis de gênero, ainda continua a prejudicá-las, pois em diversas especialidades seus corpos continuam não sendo aceitos ou são submetidos a diversos tipos de violências.

Esse não pertencimento é refletido ao conversar com as entrevistadas sobre se sentirem prejudicadas por serem mulheres em cursos de engenharia e 55% responderam afirmativamente. A entrevistada Flora aponta: “o tratamento diferente é real sim, e incomoda. Por partes de alguns professores e maioria dos alunos”. A estudante relata que ser mulher nos cursos de engenharia, em diversos momentos, é bastante doloroso e violento. A aluna continua: “quando preciso pegar matéria com alguém, os meninos sempre acham que devo algo em troca, romanticamente”. A mulher ser considerada um objeto de uso e satisfação masculina ainda é um pensamento comum da masculinidade hegemônica.

Os ambientes estruturados pela hegemonia masculina/patriarcal, ainda hoje, exercem grande influência no mundo e buscam manter seus espaços fechados. Sendo assim, as instituições ainda mantêm em suas estruturas uma forte ligação com paradigmas que buscam manter uma lógica dominante nos espaços. Ao pensarmos sobre os fundamentos que tentam se perpetuar, lembramos de Massey (2008). Ao abordar os “refúgios no lugar”, que representam a proteção de pontes levadiças, e a construção de muralhas contra as novas invasões, observamos diversos cursos de engenharia como uma fuga politicamente conservada através de uma proposta essencialista. Tais refúgios criados pelas formas de poder buscam impedir que o espaço alcance o tempo.

Como imutável, o espaço legitimava as relações de poder que não poderiam ser facilmente desfeitas. Dessa forma, em Massey (2008), observamos que essa cosmologia de única narrativa oblitera as multiplicidades, as heterogeneidades contemporâneas do espaço e reduz coexistências simultâneas a um lugar de fila da história. Surge, então, uma urgência em reformular as ideias que embasavam o saber geográfico para que as múltiplas narrativas e vivências pudessem ser representadas e os espaços se concretizassem como democráticos e plurais.

Anseia-se por uma universidade marcada pela universalidade, diversidade, pelas contradições que se complementam, uma vez que tal espacialidade é caracterizada pela presença de múltiplos sujeitos, com diferentes trajetórias e narrativas, produtores de conhecimentos diversificados que transitam e dão continuidade aos processos de troca. Ao olharmos a universidade como um espaço múltiplo, a entendemos como um produto de inter-relações, construída através de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno,

conforme aponta Massey (2008).

As relações que constroem as dinâmicas no espaço devem ser observadas a partir de múltiplos olhares, demonstrando que, através destes, são construídas narrativas que possibilitam a compreensão mais ampla do processo de formação espacial. O espaço, visto a partir de diversos sujeitos, ou o espaço relacional se consolida pelos fluxos que transitam por ele, sendo formado pela multiplicidade dos corpos e das trajetórias.

As mulheres, em suas múltiplas formas, devem ser consideradas no processo de construção espacial, de modo que seu protagonismo não seja sufocado, invisibilizado ou até mesmo apagado, possibilitando a perpetuação da construção espacial através de uma única narrativa hegemônica. Por isso, mais uma vez, recorreremos às análises de Massey (2008), uma vez que, segundo a autora, conceber o espaço como um recorte estático, como representação ou como um sistema fechado, ao longo do tempo representa um modo de subjugar-lo. Ao se fazer isso, ignora-se sua verdadeira relevância: as multiplicidades coetâneas de outras trajetórias e a necessária mentalidade aberta de uma subjetividade especializada.

Trazer os cursos de engenharia para o atual espaço-tempo e fazer com que os múltiplos sujeitos que os ocupam também façam parte da sua história é essencial para que os espaços da universidade sejam repensados. Conhecer a visão das diversificadas mulheres sobre esses espaços é fundamental para reconstruirmos esse ambiente democrático e plural, desatrelando-o das heranças das relações patriarcais e libertando a figura feminina da influência e dominação do “Deus Pai”.

Considerações finais

Desenvolver um trabalho a partir de uma demanda vinda de estudantes de diversas engenharias nos conduz a refletir sobre os processos formadores dos sujeitos. As forças de poder e dominação, que atuam de forma silenciosa e simbólica nos múltiplos aspectos da vida social e nos espaços de convivência, e as trocas humanas, são usadas como ferramentas que buscam moldar os corpos e os sujeitos a partir da noção de essência e natureza humana.

Ao trazermos à luz a construção de um padrão identitário, constata-se que não existe uma única forma de ser mulher, uma identidade singular baseada em uma perspectiva essencialista. Porém, ao pensar a hegemonia de narrativas advindas de “Deus Pai” que, de forma determinista, caracteriza os indivíduos e todas as suas ações, observa-se que diversas espacialidades representaram aparelhos ideológicos e, através do policiamento comportamental, estabeleceram normas e regras que cristalizaram os papéis sociais e as narrativas espaciais.

Através das estudantes que frequentam os cursos de engenharia, percebe-se que a perspectiva de “Deus Pai”, em parceria com as hierarquias da modernidade, construiu o espaço da universidade como um verdadeiro Olimpo, desprezando, invisibilizando ou, até mesmo, apagando narrativas consideradas secundárias. Ouvir as nossas interlocutoras, desenvolver um trabalho e apresentá-lo como instrumento de luta política nos centros acadêmicos é uma importante iniciativa para questionar as estruturas

cristalizadas e promover um processo de construção espacial, considerando a perspectiva epistemológica da geografia feminista. Trazer à luz discursos que questionem a perfeição das engrenagens e dos enunciados masculinizados que formaram o espaço das engenharias constitui uma relevante ferramenta para que tenhamos uma universidade plural, rica e democrática. A geografia continua servindo para fazer a guerra.

Referências

BADINTER, Elisabeth. **Um é o Outro**: Relação entre Homens e Mulheres. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1986.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**: Fatos e Mitos. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.

BIRMAN, Joel. O sujeito da contemporaneidade: Espaço, dor e desalento. *In*: SOARES, Alexandre Sebastião Ferrari; SCHERER, Amanda Eloina; MARIANI, Bethania; CAMPOS, Luciene Jung de (Org.). **Discurso, interlocuções**. Caxias do Sul: Educs, 2019. p. 111-136.

BOURDIEU, Pierre. **Espíritos de Estado**: Gênese e estrutura do campo burocrático. Campinas/SP: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**: A Condição Feminina e a Violência Simbólica. 16. ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: Feminismo e Subversão da Identidade. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.

DAMATTA, Roberto. **A Casa e a Rua**: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1997.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva. São Paulo: Ed. Elefante, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1**: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. Trad.: Salma Tannus Muchail. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2002.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1996.

HALL, Stuart. **Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2000.

hooks, Bell. **Ensinando a Transgredir**: A Educação como Prática da

“Deus Pai” que Estás nos Céus, Questionamos a Sua Vontade e o Poder do “Homem Deus Filho” aqui na Terra: A Universidade a partir da Universalidade dos Discursos

Liberdade. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva Pós- Estruturalista**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MASSEY, Doreen. Pelo Espaço: **Uma Nova Política da Espacialidade**. Trad.: Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

PIMENTEL, Ivan Ignácio; BARBOSA, Ana Carolina Santos. Espaços Contraditórios ou Complementares? A Construção da Masculinidade Além da Casa e da Rua. *In*: DINIZ, Alexandre Magno Alves et al. (Org.). **Metamorfoses Possíveis Compartilhadas: Leituras em Geografia Cultural**. 1a. ed. Belo Horizonte: Letramento, 2019. p. 252-270.

PRECIADO, Paul. **Um apartamento em Urano: crônicas da travessia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. A narrativa oral, a análise de discurso e os estudos de gênero. **Estudos de Psicologia**, v. 11, n. 1, p. 65-69, 2006.

SICUTERI, Roberto. **Lilith: A Lua Negra**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1998.

SILVA, Joseli Maria. **Geografias Subversivas: Discurso sobre Espaço, Gênero e Sexualidades**. Ponta Grossa: Ed. Toda Palavra, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (Org.). **Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais**. 13. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2013.

WOLF, Naomi. **O Mito da Beleza: Como as Imagens de Beleza são Usadas Contra as Mulheres**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1992.

Contribuição de Autoria / Contribución de Autoría

Leticia Gonçalves Marques da Silva: Conceituação; Análise Formal; Investigação; Metodologia; Escrita (primeira redação).

Ivan Ignacio Pimentel: Conceituação; Análise Formal; Supervisão; Escrita (revisão e edição).

Recebido em 06 de agosto de 2022.

Aceito em 03 de maio de 2023.

Leticia Gonçalves Marques da Silva, Ivan Ignacio Pimentel